

# Considerações sobre o *ethos* discursivo em três discursos parlamentares que antecederam o AI-5

Eduardo Lopes Piris

Universidade de São Paulo - Departamento de Lingüística - CNPq  
eduardo\_piris@yahoo.com.br

**Abstract.** *This work presents an analysis of the pronouncements made by the representatives Márcio Moreira Alves (MDB/GB), Mário Covas Júnior (MDB/SP) and Geraldo Freire (ARENA/MG) during the historical parliamentary session on December, 12<sup>th</sup>, 1968 which preceded the AI-5. The analysis is aimed at the description of the ethos based on the projections of the enunciation, specifically the actancial shifting in and shifting out.*

**Keywords.** *political discourse; enunciation; ethos; shifting in; shifting out.*

**Resumo.** *Este artigo apresenta uma análise dos pronunciamentos realizados pelos deputados federais Márcio Moreira Alves (MDB/GB), Mário Covas (MDB/SP) e Geraldo Freire (ARENA/MG) durante a sessão parlamentar de 12 de dezembro de 1968, que antecedeu a promulgação do AI-5. A análise volta-se para a descrição do ethos com base nas projeções da enunciação, especificamente a embreagem e a debreagem actanciais.*

**Palavras-chave.** *discurso político; enunciação; ethos; embreagem; debreagem.*

## 1. Introdução

A sessão deliberativa da Câmara dos Deputados realizada em 12 de dezembro de 1968 foi o pretexto que faltava para que o governo militar promulgasse o AI-5 (Ato Institucional nº 5), o que intensificou a repressão e a censura já instaladas no Brasil desde o Golpe Militar de 31 de março de 1964.

O embate político travado nessa sessão em torno da cassação do deputado Márcio Moreira Alves se apresenta como episódio exemplar de uma já estabelecida polêmica entre situação e oposição. Destacam-se aí os pronunciamentos dos deputados Mário Covas (MDB/SP) e Geraldo Freire (ARENA/MG) devido ao papel de liderança partidária na Câmara, bem como o de Márcio Moreira Alves (MDB/GB), personagem central desse episódio.

Este trabalho é parte de uma pesquisa cujo objetivo geral é fazer uma análise desses pronunciamentos, focalizando os meios de produção da persuasão, sobretudo o recurso da construção da imagem do enunciador do discurso – o *ethos*.

A noção de *ethos*, que tem sua origem na *Retórica* de Aristóteles, está muita em voga atualmente, sendo discutida por teóricos de diferentes tendências da análise do discurso. Assim, as considerações sobre o *ethos* apresentadas neste artigo estão apoiadas nos trabalhos de Maingueneau (1997) e de Fiorin (2004).

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise dos três discursos supracitados que caracterize o *ethos* de cada enunciador, focalizando os procedimentos

de projeção da enunciação no enunciado, sobretudo, a embreagem e a debreagem actanciais.

## 2. Os procedimentos de projeção da enunciação no enunciado

No quadro da teoria Semiótica, entende-se a enunciação como uma instância logicamente pressuposta pelo enunciado, no qual deixa suas marcas explícitas ou implícitas. Fiorin (2002, p.31) diz que o linguísta “impossibilitado de estudar diretamente o ato da enunciação, busca ‘identificar e descrever os traços do ato no produto’”, ou seja, buscar no enunciado as marcas da enunciação.

Nesse sentido, há dois procedimentos de projeção da enunciação no enunciado, a saber: a debreagem e a embreagem, que podem ser enunciativa ou enunciva.

Fiorin (2002, p.41-58) mostra que a debreagem enunciativa projeta no enunciado a instância da enunciação pressuposta, ou seja, o eu, o aqui e o agora da enunciação, estabelecendo aí um contrato subjetivante. Ao contrário, a debreagem enunciva estabelece um contrato objetivante ao projetar a instância do enunciado no enunciado, ou seja, um não eu (ele), um não aqui (alhores) e um não agora (então). Por exemplo, dizer “*Eu penso que todos os homens são iguais perante a Justiça*” estabelece a opinião subjetiva do “eu”, diferentemente de dizer “*Todos os homens são iguais perante a Justiça*”, que dá a impressão de se enunciar uma verdade compartilhada por todos.

Já a embreagem consiste no retorno à instância da enunciação, caracterizando-se pela troca de uma pessoa pela outra, de um espaço por outro e/ou de um tempo por outro. Se a primeira pessoa tomar o lugar da terceira, a embreagem será enunciativa; do contrário, a embreagem será enunciva.

## 3. A noção de *ethos*

Aristóteles, em sua Retórica, apresenta a noção de *ethos* como a prova de persuasão fundada no caráter moral do orador, independentemente de qualquer opinião prévia que se tenha dele, o que caracteriza o *ethos* como construção do discurso.

Maingueneau (1997, p.45), ao integrar o *ethos* retórico à Análise do Discurso (AD), propõe dois deslocamentos. O primeiro consiste em que os efeitos que o enunciador pretende causar sobre seu auditório por meio de sua imagem são impostos pela formação discursiva e não pelo sujeito em si. O segundo é que “a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que seja transversal à oposição entre o oral e o escrito” (1997, p.46). Desse modo, Maingueneau extrapola a idéia de *ethos* concebida pela antiga Retórica, pois o sujeito passa a ser visto não mais em sua unicidade, mas numa relação constitutiva com sua formação discursiva e também porque mesmo os textos escritos possuem um tom.

Diz, ainda, o autor que esse tom se associa a um caráter e a uma corporalidade, os quais recobrem as dimensões vocal, física e psíquica do *ethos* de modo a oferecer uma representação do corpo do enunciador e a garantir a autoridade do que é dito por ele. Nesse sentido, vale ressaltar que não se deve compreender o corpo do enunciador como o ser empírico, ontológico, mas sim enquanto princípio semiótico, a manifestação discursiva de uma voz e um corpo historicamente investidos de valores compartilhados socialmente e captados por meio de estereótipos.

Fiorin (2004, p.120) ressalta que “o *éthos* não se explicita no enunciado, mas na enunciação [...], ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado”, concordando com a idéia aristotélica de que o *ethos* é uma construção do discurso, um efeito de sentido, e não algo dado *a priori*.

Com base nesses postulados, este trabalho pretende caracterizar o *ethos* do enunciador, focalizando os mecanismos enunciativos de debreagem e de embreagem, sem perder de vista a inscrição dos discursos em suas respectivas formações discursivas.

#### 4. O contexto sócio-histórico

Em outubro de 1965, o regime militar instalado pela chamada “Revolução de 31 de março” dissolveu, por meio do AI-2, todos os partidos políticos existentes e os encerrou em duas siglas, sendo que uma deveria apoiar o governo e a outra representaria a oposição. Assim, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) agrupou os apoiadores do Golpe de 64, em sua maioria membros da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático), enquanto que seus discordantes, principalmente filiados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), uniram-se em torno do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Em termos de discurso, começava-se a construir aí duas formações discursivas em situação de concorrência polêmica, ARENA e MDB, que passaram a interpelar os seus sujeitos produtores de discursos como governistas e oposicionistas.

Inúmeras crises foram provocadas durante esse período ditatorial e, dentre elas, destaca-se a controvérsia em torno da cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara. Nesse episódio, os Ministros das Forças Armadas solicitaram ao Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, “providências sobre o problema criado”, pois entendiam que Márcio Moreira Alves, em seu pronunciamento de 4 de setembro de 1968, ofendia e desmoralizava tal instituição.

Encaminhou-se, então, à Câmara dos Deputados, um pedido de concessão de licença para processar o referido deputado. O desfecho desse episódio dependia, assim, de uma decisão da Câmara que, na sessão parlamentar de 12 de dezembro de 1968, acabou negando o pedido de concessão de licença solicitado pelo governo militar. Depois disso, na noite seguinte, o regime militar deu sua resposta, anunciando o AI-5.

#### 5. Análise

O modo argumentativo de organização do texto é uma das características essenciais desse gênero que visa não apenas a adesão e a persuasão pelo sentimento (como os gêneros publicitários), mas também ao convencimento pela razão, pela produção de provas que pareçam objetivas.

Nesse sentido, Barthes (1975, p.206), adotando o modelo retórico de Aristóteles, aponta na *dispositio*<sup>1</sup> uma dicotomia entre passional (o apelo aos sentimentos, que cobre o exórdio<sup>2</sup> e o epílogo<sup>3</sup>) e demonstrativo (o apelo ao fato e à razão, que cobre a *narratio* e a *confirmatio*<sup>4</sup>). Cada parte do discurso impõe o que dizer e como dizer, o que, por conseguinte, reflete em maior ou menor grau nas escolhas enunciativas do enunciador.

## 5.1. O *ethos* romântico de “Márcio Moreira Alves”

O texto abaixo é uma transcrição da parte inicial do exórdio do pronunciamento de Márcio Moreira Alves:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados, marcou-me o acaso para que me transformasse em símbolo da mais essencial das prerrogativas do Poder Legislativo. Independente do meu desejo, transmudaram-me no símbolo da liberdade de pensamento, expressa na tribuna desta Casa.”* (Diário da Câmara dos Deputados: 2000, p.87).

Nesse trecho, o “eu” da enunciação é projetado no enunciado por meio da debreagem enunciativa sob as formas dos pronomes “*me*” e “*meu*”; enquanto o “tu” da enunciação é parcialmente neutralizado por meio de um hibridismo entre embreagem enunciativa e debreagem enunciativa, porque ao mesmo tempo em que o “tu” é projetado como “ele” – expresso pelos pronomes de tratamento “*Sr.*” e “*Srs.*” seguidos pelos substantivos concretos “*Presidente*” e “*Deputados*” – esse “ele” também é projetado como um “tu” graças ao uso do vocativo.

Nota-se aí que a instalação do “eu” enunciativo gera o efeito de individuação do enunciador, ao passo que a instalação do “tu” enunciativo cria o efeito de *persona*, que ressalta o papel social do enunciatário e não sua individualidade.

Do ponto de vista narrativo<sup>5</sup>, esse trecho revela uma transformação já dada, pois é possível inferir aí que Márcio Moreira passa de um estado inicial “não ser símbolo da liberdade” a um estado final “ser símbolo da liberdade”; conseqüentemente, as fases narrativas da competência e da performance também já estão dadas. Trata-se aí de uma característica do pronunciamento parlamentar, um gênero dissertativo, ao qual não interessa a narração da transformação, mas sim a sua explicação, que se desenrola na *narratio* e na *confirmatio*, como pode se ver nos trechos a seguir:

*“O nome dos barões que, nas pradarias do Windsor, fizeram o Rei João Sem Terra assinar a Magna Carta, perdeu-se nas brumas do tempo. Mas o julgamento por jurados, o direito de os cidadãos de um país livremente atravessarem as suas fronteiras, a necessidade de lei penal anterior e de testemunhas idôneas para determinar uma prisão, continuar a ser imorredouro monumento àqueles homens e a todos os homens. Esqueceram as gerações modernas as violências de Henrique VII de Inglaterra, porém todas as nações do Ocidente incorporaram às suas tradições jurídicas a medida legal que durante seu reinado e contra ele firmou-se o habeas corpus.”* (Ibidem, p.87-88).

Assim, pode-se abstrair desse trecho a seguinte invariante narrativa: as futuras gerações não se lembram que seus mártires lutaram contra tiranos para conquistar os direitos democráticos dos quais elas gozam.

Agora, do ponto de vista discursivo, essa estrutura narrativa invariante e abstrata é concretizada com personagens (“*os barões*”, “*o Rei João Sem Terra*”, “*Henrique VII*”), espaços (“*as pradarias de Windsor*” “*Inglaterra*”) e tempos (os reinados da Inglaterra medieval) variados. Nesse trecho, o procedimento da ancoragem histórica cria o efeito de sentido de referente, o que permite ao enunciatário reconhecer “imagens do mundo real”<sup>6</sup> para, num segundo momento, reconhecer Márcio Moreira como parte desse “mundo”, o que se concretiza graças à recorrência dessa mesma invariante narrativa sob uma nova variação discursiva que projeta as pessoas, o espaço e o tempo da enunciação, conforme se observa a seguir:

“(1) Assim poderá ser, também, neste caso. Apagado o meu nome, apagados os nomes de quase todos nós da memória dos brasileiros, nela ficará, intacta, a decisão que breve a Câmara tomará. (2) Não se lembrarão os pósteros do Deputado cuja liberdade de exprimir da tribuna seu pensamento é hoje contestada. Saberão, todavia, dizer se o Parlamento a que pertenceu manteve sua prerrogativa de inviolabilidade ou se dela abriu mão. (3) A verdade histórica é que os homens passam, mas os direitos que uma geração estabelece, através de suas lutas, às outras gerações são legados, pouco a pouco criando (sic)<sup>7</sup> o patrimônio comum das leis, garantias e liberdades de uma nação.” (Ibidem, p.88-89).

Em (1), o “eu” enunciativo, expresso pelo possessivo “meu” e depois pelo “nós” inclusivo (“eu” e “vós”, plural de “tu”), e o “tu” enunciativo, expresso por esse mesmo “nós”, são projetados por meio de uma debreagem enunciativa. Cria-se aí um efeito de individualidade que permite o enunciatário associar os fatos históricos ao episódio em questão. Todavia, em (2), o caráter individual cede lugar ao papel social graças ao efeito de *persona* criado pela embreagem enunciativa que substitui o “eu” e o “tu” por “ele” e “ele” expressos, respectivamente, pelos sintagmas “o Deputado” e “o Parlamento” e pelas formas verbais “pertenceu” e “manteve” mais “abriu”.

Assim, os sujeitos são identificados, primeiramente, como entes individuais e, depois, como entes sociais que têm grande responsabilidade no desfecho do episódio em questão, o que é ressaltado em (3) por meio de uma enunciação sentenciosa, em que, de um lado, a pessoa é totalmente apagada pela debreagem actancial enunciativa e, de outro, o presente omnitemporal ou gnômico, que indica um momento de referência e um momento de acontecimento ilimitados. Tem-se, portanto, uma enunciação que se apresenta como uma verdade eterna.

Em síntese, esse discurso engendra até aí uma estratégia de comparação entre o momento presente e o passado histórico, na qual inscreve o indivíduo Márcio Moreira no rol dos mártires da tradição democrática, transformando-o no “símbolo da liberdade”, no herói, um papel social. E essa estratégia determina as seguintes escolhas enunciativas: (a) projeções enunciativas para instalar pessoas no discurso como individualidades; (b) projeções enunciativas para instalar pessoas como papéis sociais.

A partir daí, ainda na *narratio*, na *confirmatio* e, depois, no epílogo, a estratégia consiste em expor os feitos do herói Márcio Moreira, mostrando as atitudes políticas do indivíduo Márcio Moreira, pois, embora ele diga que a Câmara não está julgando um deputado, mas uma prerrogativa, ele não defende diretamente a prerrogativa para se dedicar à sua autodefesa. Ao que parece, não se trata aí de uma contradição, mas sim de uma coerção do contexto situacional, pois é preciso lembrar que Márcio Moreira discursa da tribuna como um acusado; sendo assim, parece condizente que a debreagem enunciativa marque a pessoa em toda a segunda metade de seu pronunciamento, com exceção a um parágrafo no epílogo, ressaltando fortemente o efeito de individuação do enunciatário e o estabelecimento de um contrato subjetivante com o seu enunciatário.

Retomando Barthes, Márcio Moreira constrói um discurso mais passional do que demonstrativo, pois a *narratio* e a *confirmatio* são amplamente invadidas pelo efeito de proximidade subjetiva, revelando que o enunciatário expõe fatos e argumentos de maneira subjetiva, em vez de objetiva como se espera o gênero.

Trata-se, enfim, de um texto, embora político, romântico, pois os ideais estão acima do homem. O texto cria um Márcio Moreira que é homem, mas também é herói,

por isso ele fala de si por meio de um contrato subjetivante, tornando seu discurso apaixonado, seu modo de dizer subjetivo, tenso e passional, seu *ethos* romântico.

## 5.2. O *ethos* refinado de “Mário Covas”

No exórdio, Mário Covas capta a benevolência do plenário, criando uma identidade entre eles, pois se propõe a falar como um deputado, um igual, e diz que os partidos estão igualmente submetidos a mesma causa, como se vê nos trechos a seguir:

*“Sr. Presidente, permita V.Exa. e meus pares que eu reivindique, inicialmente, um privilégio singular: o de despir-me da roupagem vistosa da liderança transitória, com que companheiros de partido me honraram [...]. Será, talvez, um desvio regimental concedido, entretanto, plenamente compreensível, já que a causa que somos obrigados a apreciar sobrepaira, superpõe-se às próprias agremiações partidárias.”* (Diário da Câmara dos Deputados: 2000, p.99).

O “eu” enunciativo, expresso pelo pronome “me”, e o “tu” enunciativo, expresso pelo vocativo “Sr. Presidente” seguido da forma de tratamento “V.Exa.” e, depois, pelo sintagma “meus pares” em vez da fórmula “Srs. Deputados”, são projetados no enunciado por meio de uma debreagem enunciativa. E esse procedimento instala a pessoa no enunciado, ressaltando a individualidade do enunciativo e do enunciatário, o que se associa à estratégia de identificação entre orador e plenário.

Assim, Mário Covas, após captar a benevolência do plenário pela identificação, cumpre a segunda função do exórdio, anunciando a partição de seu discurso:

*“Creio, Sr. Presidente, ser necessário um exame do problema, ainda que dentro das limitações do tempo regimental, sob vários aspectos. O primeiro deles é o jurídico, evidentemente.”* (Ibidem, p.101).

Abordar esse problema sob o aspecto jurídico consiste no ponto central de sua argumentação, pois Mário Covas cita favoravelmente um parecer dado por um ministro governista, o Ministro da Justiça Luiz Antônio da Gama e Silva. Essa citação, embora não possa ser aqui transcrita devido aos limites deste texto, caracteriza-se pela recorrência ao discurso direto e pelo grande contorno do discurso citado, um grande encadeamento de enunciados cuja finalidade é preparar a citação do discurso alheio.

Desse modo, é preciso analisar as projeções da enunciação sobre o discurso citante e o discurso citado, lembrando que o discurso direto é, conforme Fiorin (2002, p.72), o “resultado de uma debreagem interna (em geral de segundo grau), em que o narrador delega voz a um actante do enunciado. Possui duas instâncias enunciativas, dois níveis de *eu*: o do narrador e o do interlocutor”.

No discurso citante, o “eu” da enunciação – expresso pelas formas verbais “creio”, “diria”, “desconheço”, “leio”, “absolvo”, “acho”, além dos pronomes “meu”, “minha”, “me” – é projetado por meio de uma debreagem enunciativa, que instala no enunciado a pessoa, gerando o efeito de individuação. Já, no discurso citado, as marcas da enunciação relatada são totalmente apagadas graças ao uso de uma debreagem enunciativa, o que gera um efeito de objetividade e ressalta o papel social da voz citada.

Esse mecanismo atribui ao orador e aos membros do plenário o estatuto da pessoa, da individualidade, logo da falibilidade; ao Ministro da Justiça, o estatuto da *persona*, do papel social, da infalibilidade. Mário Covas recorre, então, a uma citação de

autoridade – na qual, segundo Maingueneau (1997, p.100), “o ‘locutor’ se apaga diante de um ‘Locutor’ superlativo que garante a validade da enunciação” – para provar, sob o aspecto jurídico, que o deputado Márcio Moreira não deve ser processado.

No decorrer de seu pronunciamento, Mário Covas constrói, ainda, outras provas e, finalmente, conclui seu discurso, opondo os valores da democracia aos da tirania no modo da crença a fim de explorar a emotividade do plenário, que é sublinhada pelo efeito de individuação obtido pela debreagem enunciativa.

Esse contrato subjetivante estabelecido entre enunciador e enunciatário revela o tom de modéstia desse enunciador que se apaga para que uma voz pertencente à formação discursiva situacionista garanta o seu discurso oposicionista. Enfim, é esse modo de dizer modesto e astucioso que confere ao enunciador um *ethos* refinado.

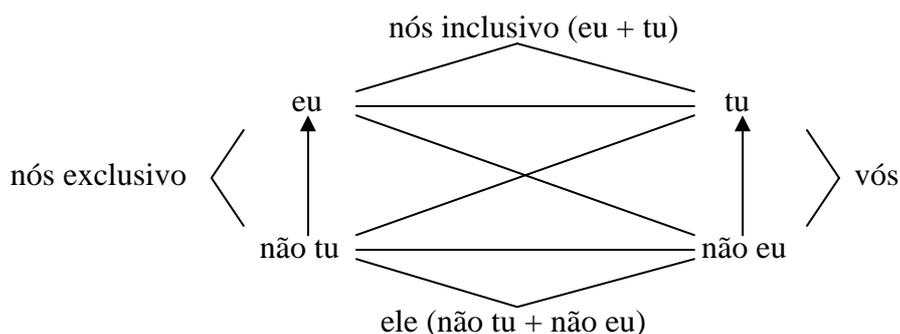
### 5.3. O *ethos* embrutecido de “Geraldo Freire”

O texto a seguir é uma transcrição da parte inicial do exórdio do pronunciamento de Geraldo Freire:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu propósito nesta tribuna é apenas o de desfazer alguns equívocos. O primeiro deles, é quando se diz que estamos procedendo à degola de um Deputado, a cassação de um de nossos colegas. Não se trata absolutamente disto. O que temos em vista é apenas um pedido de licença dirigido pelo Supremo Tribunal Federal à Câmara dos Deputados. Então quem entender que se trata de degola, necessariamente, há de estabelecer que os juízes do Tribunal Superior Federal são carrascos e não magistrados.”* (Diário da Câmara dos Deputados: 2000, p.111).

É interessante como o exórdio desse texto não procura captar a benevolência do plenário nem anunciar as partes do discurso, pois já apresenta de imediato o contra-argumento de que o Congresso não está julgando Márcio Moreira, mas sim votando um pedido de licença para processá-lo. E isso já indica duas características: um discurso de refutação, por conseguinte um tom refutatório, e um modo de dizer franco e direto, que desconsidera as etiquetas e o excesso de formalidades.

Quanto às projeções da enunciação, o “eu” e o “tu” da enunciação são projetados distintivamente apenas no primeiro enunciado, em que o “eu” – expresso pelo pronome “*meu*” – é projetado por uma debreagem enunciativa, enquanto o “tu” – expresso pela fórmula “Sr. Presidente, Srs. Deputados” – é projetado pelo procedimento já comentado durante a análise do discurso de Márcio Moreira Alves. No entanto, é o uso recorrente do “nós” que se destaca nesse discurso, por isso se reproduz aqui a disposição da categoria da pessoa sobre o quadrado semiótico formulada por Fiorin (2002, p.60):



No eixo dos contrários, articulam-se a pessoa que fala (eu) e a pessoa com quem se fala (tu); a união dos contrários gera um termo complexo (eu + tu), o “nós” inclusivo. No eixo dos subcontrários, articulam-se um “não tu” e um “não eu”; a união dos subcontrários gera um termo neutro (não tu + não eu), ele, a não pessoa. Em uma dêixis, o “não tu” e o “eu” estão numa relação de implicação que resultam no “nós” exclusivo. Na outra dêixis, o “não eu” e o “tu” é que se implicam e resultam no “vós”. Em outras palavras, o quadrado acima disposto mostra que o “nós” não é uma simples pluralização de “eu”, mas sim uma amplificação dessa pessoa que, se não inclui o “tu”, se designa “nós” exclusivo e, se o inclui, se designa “nós” inclusivo.

Portanto, o procedimento de projeção das pessoas empregado no trecho em análise é o da debreagem enunciativa, pois as marcas lingüísticas expressas no texto – as formas verbais “*estamos*”, “*temos*”, “*sabermos*”, “*vamos*”, “*recebemos*”, “*votássemos*” e “*considerássemos*” e os pronomes “*nossos*”, “*nós*” e “*nos*” – referem-se ao “nós” inclusivo e não ao plural majestático, de modéstia ou de autor, o que consistiria numa embreagem.

Esse tipo de projeção enunciativa propõe ao enunciatário um contrato semiótico que o inclui na mesma pessoa que o enunciador, estabelecendo identificação imediata e delineando um mesmo corpo para ambos. Mas, tratar-se-ia de um corpo individual ou de um corpo social? Geraldo Freire, ao visar a uma estratégia de identificação com os valores ditos “patrióticos”, cria a imagem do defensor da Pátria, do homem patriótico que “todo brasileiro deve ser” e isso parece apontar para a construção de um corpo individual, de uma imagem mais individualizada do enunciador.

Passando à *narratio* e à *confirmatio*, o discurso de Geraldo Freire também se calca na prova jurídica, pois visa a refutar o argumento central de Mário Covas, que fora construído como algo irrefutável. Todavia, como Geraldo Freire não tem (pois não apresenta) um argumento tão incontestável como o de Mário Covas, ele recorre a onze representações do discurso citado que constituem uma estratégia que compreende cinco etapas, a saber: (a) desqualificar o adversário; (b) configurar o parágrafo único do artigo 151 da CF/67 como uma exceção; (c) justificar a exceção; (d) respaldar sua justificativa; (e) retomar e reler o parágrafo único do artigo 151.

Quanto às projeções da enunciação, há que se observar novamente a relação entre discurso citante e discurso citado. As apreciações valorativas contidas no discurso citante são emitidas por um “eu” projetado por meio da debreagem enunciativa, o que ressalta a subjetividade dessas apreciações. Esse número exagerado de citações, que são entrecortadas pelos comentários do enunciador, cria a imagem de um sujeito glosador, um indivíduo capaz de dialogar com a Bíblia, a Constituição e tantos outros textos religiosos e políticos. No entanto, seu discurso não consegue mostrar astúcia, mas sim cominação, o que se desvela em seu epílogo, como se vê nos seguintes trechos:

*“Louvo aqueles que pensam contra mim, louvo esta estreita fidelidade partidária do MDB. Vou mais, Sr. Presidente, não ousou censurar a ninguém pelo fato de discordar de mim, esteja em que legenda for.”* (Diário da Câmara dos Deputados: 2000, p.120-121).

*“Sr. Presidente, a hora é decisiva. Há pressões, sim. Há pressão de certa imprensa que procura alardear o voto daqueles que entendem rebeldes e procura diminuir aqueles que se consideram fiéis à sua própria formação. Há pressão dos partidos políticos, mas existe a pressão autêntica, que é obedecida por mim e por*

*companheiros que me acompanharam, sem desdouro daqueles que votam contra mim, ou contra vossa causa, que é, Sr. Presidente, a pressão da nossa consciência.”* (Ibidem, p.121).

No primeiro trecho, a unidade partidária do MDB está sendo julgada dentro de um sistema de valores morais como um valor positivo pelo próprio líder da ARENA. No entanto, Geraldo Freire louva seu adversário no modo da aparência, pois o que ele faz é coagir seus aliados a seguirem o mesmo exemplo de unidade do MDB, o que garantiria a vitória governista na votação. A exploração da emotividade parece estar contida nesse jogo de enaltecer o adversário e no efeito de subjetividade gerado pela instalação da pessoa por meio da debreagem enunciativa.

No segundo trecho, os enunciados “*a hora é decisiva*”, “*há pressões, sim*” e “*existe a pressão autêntica*” são proferidos como algo que está acima da vontade das pessoas graças ao efeito de distanciamento objetivo gerado pela debreagem enunciativa.

Finalmente, é preciso considerar que o discurso de Geraldo Freire parece construir **no enunciado** o corpo de um homem comportado, “desabusado”<sup>8</sup>, defensor da moral e da ordem, já que ele se diz “*líder de um grupo de homens desabusados e dignos, coerente e puros, bravos e patrióticos...*”, todavia são as suas estratégias, expressas **na enunciação**, que constroem um modo de dizer desprovido de refinamento e, dessa maneira, o tom altivo declina para o impositivo, o corpo vigoroso do herói para o corpo espesso do censor, o caráter expansivo para o caráter castrador. Esses traços mostram também como a imagem do enunciador é construção da enunciação, pois notou-se aí que o discurso constrói não um *ethos* “desabusado” como pretende o enunciado, mas sim um *ethos* embrutecido decorrente dos procedimentos enunciativos empregados. Com efeito, esses são alguns fatores que comprometeram a ineficácia do discurso arenista naquela sessão deliberativa, já que o MDB não só venceu a votação como manteve sua imagem de paladino da democracia.

## 6. Considerações finais

Em síntese, este trabalho tentou mostrar como os procedimentos da projeção da enunciação no enunciado contribuem para a construção do *ethos* discursivo em três discursos parlamentares da seguinte maneira, a saber:

- A estratégia de identificação adotada em cada discurso teve como objetivo afastar do debate o seu caráter individual para tocar em valores comungados por todos a fim de neutralizar as diferenças ideológicas e, assim, construir uma identificação mais eficaz com o plenário, captando seu imaginário e conquistando sua adesão.
- A construção de um *ethos* romântico permitiu a Márcio Moreira Alves se autodefender ao defender o direito da inviolabilidade parlamentar como uma conquista da tradição democrática
- A construção de um *ethos* refinado permitiu a Mário Covas negociar com a maioria governista, sem perder sua identidade oposicionista
- Já a construção de um *ethos* embrutecido pelo discurso de Geraldo Freire não mostrou eficácia para garantir a maioria arenista.

Nota final: apesar do efeito de objetividade, que é próprio do discurso científico, o que foi dito aqui não é indiscutível e as críticas e as discordâncias são bem-aceitas.

## Notas

- <sup>1</sup> Parte da Retórica dedicada à organização interna do discurso, ao plano textual.
- <sup>2</sup> Barthes (1975, p.208) mostra que o exórdio compreende a captação da benevolência e o anúncio das partes do discurso.
- <sup>3</sup> Barthes (1975, p.210) diz que “à *narratio*, ou exposição dos fatos, sucede a *confirmatio*, ou exposição dos argumentos: é aí que se enunciam as ‘provas’ elaboradas, no decorrer da *inventio*”.
- <sup>4</sup> Trata-se, conforme Barthes (1975, p.208-9), da parte final do discurso, a qual consiste em retomar e resumir os pontos do discurso (nível das “coisas”) e em explorar a emotividade do auditório (nível dos “sentimentos”).
- <sup>5</sup> É importante salientar que, como lembra Fiorin (2005, p.27), mesmos os textos que não são narrativos possuem um nível narrativo, pois é preciso distinguir que a narratividade é um “componente de todos os textos”, enquanto que narração “concerne a uma determinada classe de textos”; a narratividade é aí entendida como transformação de conteúdo.
- <sup>6</sup> Vale lembrar que o objeto da lingüística não é o “mundo real”, mas o mundo da linguagem; assim, “mundo real” deve ser entendido como efeito de sentido de realidade ou de referente.
- <sup>7</sup> A forma verbal *criam* parece mais plausível nesse trecho. Esse tipo de inadequação pode advir do próprio orador ou do taquígrafo, no entanto, conta para a análise a versão fac-similar publicada pelo Diário Oficial.
- <sup>8</sup> Embora “*desabusado*” corresponda ao que é abusado, de caráter atrevido, no discurso de Geraldo Freire significa o contrário de abusado.

## 7. Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, Livro I.
- BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In: COHEN, Jean et alli. *Pesquisas de Retórica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975, p.147-221.
- DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de publicações da Câmara dos Deputados. Brasília, Suplemento ao nº 098, 1º jun. 2000.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- \_\_\_\_\_. O *éthos* do enunciador. In: CORTINA, Arnaldo & MARCHEZAN, Renata Coelho (Org.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2004, p.117-138.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de Análise do Discurso*. 13ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Ed. Pontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p.69-92.